

## **II Comissão de Inquérito à Gestão da Caixa Geral de Depósitos**

### DECLARAÇÃO DE VOTO

#### DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD

O PSD pretende, antes de mais, sublinhar que valeu a pena insistir. Que valeu a pena não desistir para que a verdade sobre o que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos chegasse ao conhecimento dos Portugueses.

Importa recordar que o pedido de auditoria que o PSD apresentou foi chumbado pela maioria de esquerda nesta Assembleia. Deve ainda lembrar-se que a mesma maioria fechou à pressa a Iª Comissão de Inquérito de forma a que o Parlamento não recebesse toda a documentação solicitada, impedindo assim que os Portugueses soubessem a verdade sobre o que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos.

Hoje podemos dizer que, graças ao funcionamento desta II Comissão de Inquérito, os Portugueses sabem mais sobre o que aconteceu na Caixa Geral de Depósitos. E o que aconteceu não foi irrelevante. Foi, aliás, o que justificou que desde 2008 o Estado tenha injetado mais de 6 mil milhões de dinheiro dos contribuintes (a que acrescem outros instrumentos de recapitalização) no banco público.

Também na sequência dos trabalhos desta Comissão, verifica-se, por um lado, que o Banco Público iniciou um processo judicial com vista à recuperação dos créditos em incumprimento e, por outro lado, que o Banco de Portugal se encontra a desenvolver um processo de avaliação de possíveis processos contraordenacionais e criminais contra ex-administradores da CGD.

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, e agora o relatório apresentado pelo Deputado João Almeida, confirmam de forma factual a seguinte realidade:

- O período em que mais operações ruinosas foram aprovadas está essencialmente concentrado no período 2005/2008, numa administração liderada pelo Dr. Carlos Santos Ferreira;
  
- O Governo Socialista em funções naquele período tem responsabilidade por ação e omissão na sua função acionista, com evidência de vários sinais de interferência política como sejam: ter substituído a administração anterior da CGD por outra de confiança política direta; ter interferido diretamente em operações concretas; e ter atribuído bónus milionários aos administradores do banco público;
  
- O Banco de Portugal, liderado pelo Dr. Vítor Constâncio faltou e incumpriu o seu papel de supervisor na CGD, ao mesmo tempo que se envolvia em movimentações dirigidas ao controlo de bancos privados. Para o PSD, o Dr. Vítor Constâncio falhou grosseiramente por omissão mas também por ação.

O Grupo Parlamentar do PSD entende, por esta razão, que o relatório apresentado pelo Deputado João Almeida merece um voto favorável

Com vista a introduzir melhorias ao mesmo, o PSD apresentou um conjunto de propostas de alteração que vão ao encontro das conclusões que hoje são consensuais para todos os Portugueses:

- a) A evidência de uma gestão danosa. Ficou comprovado que foram aprovadas operações de crédito sem racionalidade

económica, contra os pareceres da Direção de Risco e que geraram avultadas perdas e danos para a Caixa Geral de Depósitos;

- b)** A evidência de que as decisões e comportamentos errados praticados na Caixa Geral de Depósitos não se justificam nem com a crise, nem com comportamentos gerais de mercado à época;
- c)** A evidência das ações diretas de Manuel Pinho e Vieira da Silva em processos de crédito, subvertendo e ultrapassando os limites e papéis adequados da função acionista;
- d)** A existência de decisões erradas e perversas. Para a sua verificação, é indiferente se a natureza da Banca e a titularidade do seu capital é pública ou privada. Aliás, o facto da CGD ser pública e o maior banco do sistema nacional exige reforçado controlo e cuidado por parte dos administradores, governo acionista e supervisor;
- e)** A existência de créditos de favor e o tratamento privilegiado entre um grupo restrito. Um verdadeiro «triângulo nefasto» que inclui alguns agentes do poder económico, político e financeiro, cujo comportamento prejudica os demais Portugueses;
- f)** A verificação de melhorias substanciais na gestão da Caixa Geral de Depósitos, em especial a partir de 2012 e continuadas no presente, para evitar que aqueles comportamentos se repitam.

Tendo a grande maioria das propostas pelo PSD sido aprovadas, lamenta-se que o ponto relativo à gestão danosa tenha dividido a Comissão, com um empate na votação que teve como consequência a sua rejeição.

Para o PSD ficou claro – e aliás no Relatório são várias as referências que fundamentam a nossa conclusão – de que houve decisões tomadas sem qualquer racionalidade económica ou financeira; que essas decisões foram tomadas contradizendo pareceres dos próprios serviços internos da Caixa; e que em resultado dessas decisões a Caixa, e todos os Portugueses, sofreram perdas e danos muito significativos.

Ao contrário do Partido Socialista, que nas suas propostas procurou diluir responsabilidades ou mesmo branquear certas praticas incorretas, o PSD não pretendeu alterar a estrutura do Relatório, nem o desvirtuar, mas tão somente, pôr preto no branco “verdades” que hoje todos sabemos em resultado do trabalho desta Comissão de Inquérito, e que no nosso ponto de vista devem ser explicitadas.

Os Deputados do PSD